

DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO E DISPARIDADES REGIONAIS

Maria Emília Castanheira

Maria Filomena Carvalho

Departamento de Prospectiva e Planeamento

1. INTRODUÇÃO

Com base nos Inquéritos aos Orçamentos Familiares, do INE, de 1989/1990 e 1994/1995, procedeu-se a um estudo das desigualdades na distribuição do rendimento em Portugal e da forma como essas desigualdades evoluíram no período entre os dois inquéritos: início da década de 1990 e meados dessa década.

Por forma a ter em conta diferentes dimensões dos agregados familiares e estruturas etárias, bem como diferenças inter-regionais e alterações intertemporais, a análise é feita para as receitas médias “adulto-equivalente” dos agregados familiares, valores obtidos a partir da aplicação duma escala de equivalência (neste caso foi aplicada a escala da OCDE)¹ que converte os membros dos agregados em unidades equivalentes.

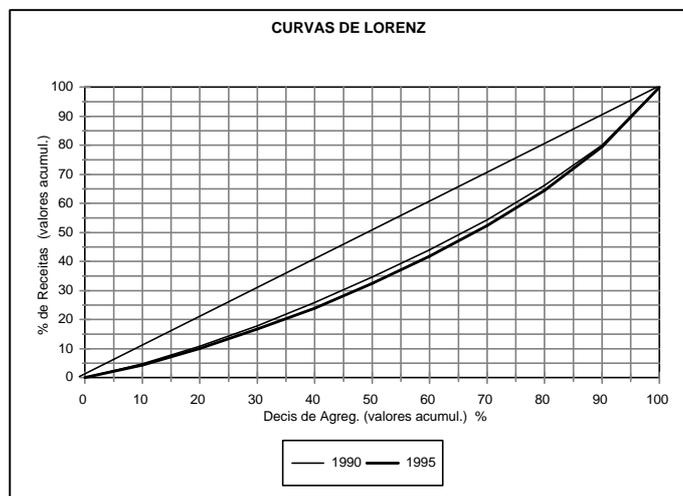
O conceito de receita do Inquérito é um conceito lato, incluindo quer as receitas monetárias (salários e ordenados, receitas de capital, pensões e outras transferências), quer as não monetárias (salários em espécie, autoconsumo) e, sendo líquido de impostos e contribuições, é equivalente ao conceito de rendimento disponível.

No ponto 2 será analisada a evolução da distribuição do rendimento a nível nacional enquanto que, no ponto 3, proceder-se-à a uma análise das disparidades regionais em termos de NUTS II, dado não existirem apuramentos no que se refere a NUTS III.

¹ De acordo com a escala da OCDE ($1 + 0.7x + 0.5y$), cada adulto tem a ponderação de 0.7 e cada criança com menos de 14 anos tem a ponderação de 0.5. O primeiro adulto tem a ponderação de 1.

(Gráfico 1), onde a curva de 1995 se afasta da curva de 1990 e, portanto, da recta de igual distribuição.

Gráfico 1



Fonte: INE; DPP

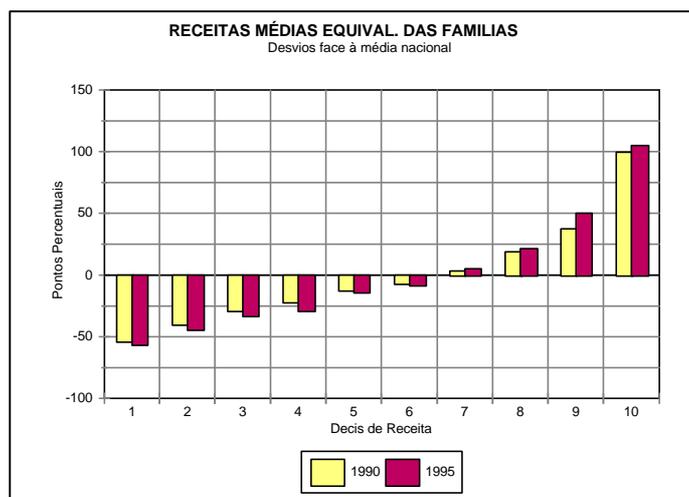
As alterações verificadas na distribuição do rendimento durante a primeira metade da década de 90, podem também ser apreciadas no Quadro 1 através da análise da distribuição do rendimento equivalente segundo decis de agregados, ordenados pela despesa nacional.

De acordo com os dados constantes naquele quadro, observa-se em todos os DECIS, no período entre os dois inquéritos, aumentos da receita média real equivalente, aumentos esses que são, contudo, mais acentuados na parte superior da distribuição, isto é, nos grupos de agregados que auferem maior rendimento.

De igual modo, o agravamento das desigualdades é visível na proporção de rendimento total detida por cada DECIL de agregados. Assim, os 10% dos agregados mais pobres detinham, em 1995, 4,4% do rendimento total, face a 4,7% em 1990, decréscimo esse que se observa até ao 6º DECIL, isto é, o agravamento verificado afectou 60% dos agregados familiares. Em contrapartida, todos os agregados situados a partir do 7º DECIL aumentaram a sua participação na receita total.

Os desvios da receita anual de cada DECIL, face à média nacional, para os dois inquéritos, constam do Gráfico 2, o qual evidencia também o agravamento, no último inquérito, da situação dos agregados de menor rendimento.

Gráfico 2



Fonte: INE; DPP

Comparando a receita de cada decil com a mediana, (receita média equivalente dos agregados situados no centro da distribuição) as conclusões são idênticas, observando-se que, no último inquérito, a proporção de receita detida pelos primeiros 50% de agregados diminuiu ligeiramente, face ao valor do inquérito de 1990.

Os resultados apresentados são consistentes com os valores dos indicadores de desigualdade apresentados no Quadro 2 – Índices de Gini, Atkinson e Theil – os quais apresentam um aumento entre 1990 e 1995, situação que traduz acréscimos da desigualdade na distribuição dos rendimentos. De salientar o facto de a evolução do Índice de Theil (T0) indicar que esse agravamento se verifica especialmente na parte inferior da distribuição, isto é, nas famílias com menores recursos.

Quadro 2

MEDIDAS DA DESIGUALDADE
Portugal

	1990	1995
Índice de GINI	0.2223	0.2481
Índice de Atkinson		
(<i>a</i> = 0.5)	0.0392	0.0479
(<i>a</i> = 1.5)	0.1103	0.1345
(<i>a</i> = 2.0)	0.1421	0.1724
(<i>a</i> = 2.5)	0.1714	0.2066
Índice de THEIL		
(<i>T</i> 0)	0.0790	0.0975
(<i>T</i> 1)	0.0802	0.0980

Fonte: DPP

3. DISPARIDADES REGIONAIS

3.1. Análise do Rendimento Médio Equivalente dos Agregados Familiares

Embora a nível nacional se tenha verificado um agravamento na distribuição do rendimento das famílias, constata-se que a dispersão das receitas médias entre regiões diminuiu no período em análise.

Como foi acima referido, a receita média equivalente dos agregados familiares, em Portugal, registou um crescimento real de 27.3%, entre 1990 e 1995. Em termos regionais e no que se refere ao Continente, o crescimento mais intenso verificou-se nas regiões de “Lisboa e Vale do Tejo” e “Norte”, com taxas de 30.2% e 27.8%, respectivamente, tendo sido também significativa a evolução da receita média no Alentejo (25.8%). As taxas de crescimento mais baixas registaram-se nas regiões “Centro” e “Algarve” (19.1% e 13.6%) (Quadro 3) (Gráfico 3). Nesta última região, este facto reflecte um certo abrandamento verificado no sector do turismo, traduzido numa quebra das receitas desse sector no período em análise.

Quadro 3

RECEITAS MÉDIAS ANUAIS EQUIVALENTES DAS FAMÍLIAS⁽¹⁾, POR REGIÕES

	1990		1995		Taxas de variação 1995/1990 %	Contributos para o crescimento das receitas 1995/1990 p.p.
	1000 Esc.	Estrutura %	1000 Esc.	Estrutura %		
Norte	822.7	94.6	1051.4	95.0	27.8	9.0
Centro	816.5	93.9	972.4	87.9	19.1	3.5
Lisboa e Vale do Tejo	984.2	113.2	1281.7	115.8	30.2	10.7
Alentejo	739.8	85.1	930.3	84.1	25.8	1.5
Algarve	947.4	109.0	1076.2	97.2	13.6	0.5
Continente	879.7	101.2	1115.3	100.8	26.8	
Açores	677.4	77.9	920.9	83.2	35.9	0.8
Madeira	599.6	69.0	910.8	82.3	51.9	1.1
Portugal	869.6	100.0	1106.7	100.0	27.3	27.3

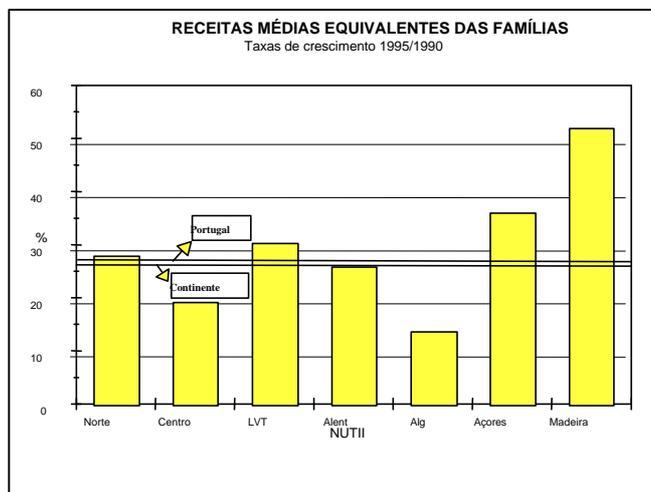
Fonte: INE - Inquérito aos Orçamentos Familiares: IOF 1989/1990; IOF1994/1995; DPP

Nota - Receita Líquidas Médias Anuais a preços de 1995

1) Receitas ajustadas em função da dimensão dos agregados familiares

Considerando o total nacional, destacam-se as regiões dos Açores e da Madeira com taxas de crescimento das receitas médias equivalentes dos agregados, em 1995, de 35.9% e 51.9%, respectivamente.

Gráfico 3



Fonte: INE; DPP

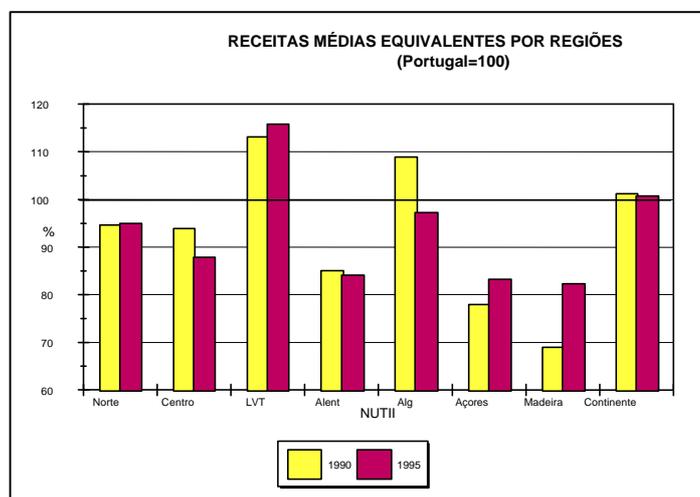
No que se refere aos contributos da evolução das receitas das diferentes regiões para o crescimento das receitas médias equivalentes das famílias portuguesas, destaca-se a importância da região de “Lisboa e Vale do Tejo” (10.7 pontos percentuais), seguindo-se a região “Norte” (9 p.p.) e a região “Centro” (3.5 p.p.).

As regiões onde os agregados familiares detinham um nível de receita média equivalente mais elevado eram, em 1995, a região de “Lisboa e Vale do Tejo” (1281.7 contos), seguindo-se a região do “Algarve” (1076.2 contos) e a região “Norte” (1051.4 contos), posição que, aliás, já se verificava em 1990.

No entanto, as posições relativas daqueles níveis de receita, face à média nacional, registaram uma alteração no decurso dos cinco anos considerados (Gráfico 4) tendo a região de “Lisboa e Vale do Tejo” ganhado terreno, ou seja, a receita média equivalente dos agregados desta região que, em 1990, estava 13.2% acima da média nacional, passou para 15.8%, em 1995. Em contrapartida, constata-se que os desvios face à média nacional, das receitas médias das famílias, agravaram-se na região “Centro”, e, embora com menos intensidade, na região do “Alentejo”. No Algarve, as receitas médias

equivalentes dos agregados da região passaram para uma posição abaixo da média nacional, contrariamente à posição que ocupavam em 1990.

Gráfico 4



Fonte: INE; DPP

Relativamente às restantes regiões do País, os desvios face à média melhoraram significativamente nas regiões dos Açores e da Madeira, embora nestas duas regiões os rendimentos equivalentes dos agregados se mantenham ainda bastante afastados da média nacional. Os rendimentos das famílias da região 'Norte' registaram apenas uma ligeira melhoria na sua posição relativa.

No seu conjunto, estas alterações contribuíram para que a dispersão do rendimento dos agregados entre regiões tenha diminuído no período de 1990 a 1995, facto que se pode aferir pela diminuição do coeficiente de variação (de 17.4% para 12.9%)(Quadro 4) e que pode ser explicado, em grande parte, pela melhoria da situação dos agregados das regiões dos Açores e Madeira.

Quadro 4

**RECEITAS MÉDIAS EQUIVALENTES, SEGUNDO DECIS DE AGREGADOS
ORDENADOS PELA DESPESA NACIONAL**

DISPERSÃO⁽¹⁾ ENTRE REGIÕES DA RECEITA MÉDIA EQUIVALENTE		
	1990	1995
1º e 2º DECIL		
Desvio padrão	42.7	19.0
Coeficiente de Variação (%)	9.2	3.4
3º e 4º DECIL		
Desvio padrão	42.2	52.9
Coeficiente de Variação (%)	6.6	7.0
5º e 6º DECIL		
Desvio padrão	40.1	77.5
Coeficiente de Variação (%)	5.1	8.1
7º e 8º DECIL		
Desvio padrão	122.1	109.9
Coeficiente de Variação (%)	12.2	9.0
9º e 10º DECIL		
Desvio padrão	86.7	235.8
Coeficiente de Variação (%)	6.1	12.7
PORTUGAL		
Desvio padrão	138.6	132.1
Coeficiente de Variação (%)	17.4	12.9

(1) Para cada grupo (decis), dispersão da receita média equivalente das regiões (NUTII), face à média do grupo.

No entanto, tendo em consideração apenas o Continente, a dispersão do rendimento entre NUTII registou um ligeiro aumento, no mesmo período, estimando-se um coeficiente de variação de 11.7%, em 1990 e 12.8%, em 1995, reflectindo o desvio positivo da região de “Lisboa e Vale do Tejo”, assim como o desvio negativo da região “Centro”.

2.2. Análise por escalões de rendimento

Considerando os diferentes escalões de rendimento a nível nacional, é possível concluir que a referida diminuição da dispersão regional das receitas médias equivalentes é explicada pela relativa convergência nos rendimentos dos agregados mais desfavorecidos, bem como dos agregados situados nos 7º e 8º DECIS da distribuição.

De facto constata-se (Quadro 4) que nos dois DECIS inferiores (1º e 2º DECIS – agregados com rendimentos mais baixos) as receitas médias equivalentes dos agregados familiares das diferentes regiões aproximaram-se, o que poderá explicar-se pela importância dos rendimentos provenientes das pensões e outras prestações sociais nos agregados com rendimentos mais baixos. Com efeito, a natureza nacional da política de protecção social e a importância crescente que assumiu, neste período, na formação dos rendimentos das famílias, terão sido factores que contribuíram para a redução das disparidades regionais para aqueles agregados.

Pelo contrário, nos dois DECIS superiores (9º e 10º DECIS – agregados com rendimentos mais elevados), as receitas médias equivalentes dos agregados familiares das diferentes regiões afastaram-se, coincidindo com o aumento das disparidades entre receitas provenientes do Trabalho por Conta de Outrém, fonte de rendimento que detém maior importância nos agregados pertencentes àquele grupo.

O desvio face à média no conjunto de agregados com rendimento mediano (5º e 6º DECIS), também registou um aumento, embora de menor amplitude.

No que se refere aos dois DECIS inferiores, a aproximação das receitas médias equivalentes dos agregados entre regiões deveu-se, em grande medida, à melhoria do rendimento das famílias do Alentejo e Açores. Por outro lado, o aumento da disparidade dos grupos com rendimentos mais elevados e do grupo de famílias com rendimento mediano pode explicar-se pela evidente melhoria da situação das famílias da região de Lisboa e Vale do Tejo.

NOTA METODOLÓGICA

Índice de GINI

$$G(y) = \frac{n+1}{n} \frac{2(ny_1 + (n-1)y_2 + \dots + y_n)}{n^2 \mathbf{m}}$$

$$y_1 \leq y_2 \leq \dots \leq y_n$$

y = receita média do grupo

n = nº de observações

\mathbf{m} = receita média total

Índice de THEIL

$$T_0(y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \log \left(\frac{u}{y_i} \right)$$

$$T_1(y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\mathbf{m}} \right) \log \left(\frac{y_i}{\mathbf{m}} \right)$$

y_i = receita média do grupo i

n = número de observações

\mathbf{m} = receita média total

Índice de ATKINSON

$$A_a(y) = 1 - \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \left(\frac{y_i}{\mathbf{m}} \right)^{1-a} \right]^{\frac{1}{1-a}} \quad 0 < a \neq 1$$

y_i = receita média do grupo i

n = número de observações

\mathbf{m} = receita média total

a = parâmetro de aversão à desigualdade de Atkinson

BIBLIOGRAFIA

ACHDUT, Lea – "Incom Inequality, Income Composition and Macroeconomic Trends: Israel, 1979-93" – "Economica", vol. 63 – Suplemento (250S), 1995

BAILY, M. N.; **BURTLESS**, G.; **LITAN**, R. E. – "Growth with Equity" – The Brookings Institution, 1993

BARREIROS, Lúcia – "Pobreza e Desigualdade em Portugal num contexto comparativo europeu", 1996

CARVALHO, Filomena – "Breve análise da evolução das Desigualdades na Distribuição das Despesas das Famílias e dos Padrões de Consumo da população na década de 90" – Revista Planeamento, 1992/93, DCP

CESIS – "Pobreza e exclusão social em Portugal – Relatório técnico relativo à Região de Lisboa e Vale do Tejo", 1998

Comissão Europeia – Primeiro relatório sobre Coesão Económica e Social, 1996

FERREIRA, Leonor Vasconcelos – "Pobreza em Portugal – Variações e Decomposição da Pobreza a partir dos Orçamentos Familiares de 1980/81 e 1989/90" PNUD – "Relatório de Desenvolvimento Humano", 1997

FRIEDMANN, John – "Empowerment-Uma política de desenvolvimento alternativo" – Celta Editora, 1996

OCDE – "Distribution of Earnings in Selected OECD Countries", 1996

PROENÇA, Manuela – "O Processo de Convergência da Economia Portuguesa face à União Europeia – Áreas de vulnerabilidade" – DPP, 1997

RODRIGUES, Carlos Farinha – "Medição e decomposição da desigualdade em Portugal (1980/81-1989/90)", INE – "Revista de Estatística", 3º quadrimestre de 1996

S. TAM, Mo-Yin; **ZHANG**, Renze – "Ranking Income Distribution: The Tradeoff between Efficiency and Equality" – "Economica", vol. 63 (250), 1996

TEEKENS, Rudolf – "Inequality and Poverty. Portugal compared with Greece, Ireland and Spain" – "Estudos de Economia" 1990

Instituto Nacional de Estatística – Metodologia do Inquérito aos Orçamentos Familiares – 1989/1990

Instituto Nacional de Estatística – Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares – 1989/1990

Instituto Nacional de Estatística – Metodologia do Inquérito aos Orçamentos Familiares – 1994/1995

Instituto Nacional de Estatística – Resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares – 1994/1995

Ministério das Finanças – “O impacto do EURO na Economia Portuguesa”, 1998